



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/01/2011

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. FORAGIDOS.....	2 - 3
1.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	5 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	8 - 11
3.2. DESEMBARGADORES.....	12
3.3. FORAGIDOS.....	13
3.4. INSTITUCIONAL.....	14
3.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	15
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	16
4.2. COMARCAS.....	17 - 18
4.3. CORREIÇÕES.....	19
4.4. DESEMBARGADORES.....	20
4.5. INSTITUCIONAL.....	21 - 22
4.6. JUIZADOS ESPECIAIS.....	23
4.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	24 - 25
5. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
5.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	26

CGJ divulga lista de juízes operosos de novembro

A Divisão de Juizes Vitalícios, da Corregedoria Geral da Justiça, informa a lista de juizes mais operosos em novembro de 2010. Na relação divulgada constam 70 magistrados de entrâncias Inicial, Intermediária e Final. A lista traz apenas os magistrados que tiveram operosidade superior a 100%. O percentual de operosidade é obtido por meio do comparativo do número de processos distribuídos para a secretaria de varas e o número de processos sentenciados pelo juiz. Um outro detalhe observado pela DJV é que os juizes em férias, em serviço da Corregedoria ou Tribunal de Justiça, e que enviam relatórios depois do prazo, não fazem parte da lista, que está no site da Corregedoria Geral de Justiça.

P O L Í C I A

Foto: Edilson Julião



Polinter prende foragido da Justiça na Vila Palmeira

Uma equipe de agentes da Polícia Interestadual (Polinter), comandada pelo Delegado titular Maurício Ribeiro Martins, cumpriu, na manhã de ontem, mandado de prisão contra Alexandre Neves Ferreira Santos, o 'Bacurau' (foto), de 36 anos, residente à Rua do Evangélico, 167, Vila Palmeira.

Ele está condenado a seis anos e oito meses de prisão em regime fechado, por assalto praticado no ano de 2004, numa das ruas daquele bairro. Da pena, "Bacurau" cumpriu seis meses, sendo beneficiado com liberdade provisória.

PÁGINA 10

Polinter prende assaltante FORAGIDO DA JUSTIÇA

Uma equipe de agentes da Polícia Interestadual (Polinter), comandada pelo Delegado titular Maurício Ribeiro Martins, cumpriu, na manhã de ontem, mandado de prisão contra Alexandre Neves Ferreira Santos, o "Bacurau", de 36 anos, residente à Rua do Evangélico, 167, Vila Palmeira. Ele está condenado a seis anos e oito meses de prisão em regime fechado, por assalto praticado no ano de 2004, numa das ruas daquele bairro. Da pena, "Bacurau" cumpriu seis meses, sendo beneficiado com liberdade provisória.

A localização do foragido foi possível graças a informações passadas através do Disque Denúncia (3223-5800). Muni- dos de um mandado de prisão

condenatório expedido pelo juiz de Direito Raimundo José Barros Sousa, da 9ª Vara Criminal, os investigadores da Polinter chegaram até uma residência localizada no bairro da Vila Palmeira, onde encontraram Alexandre "Bacurau", a quem deram voz de prisão.

Em seguida, o foragido foi colocado numa viatura e conduzido à sede da Polinter, na Vila Palmeira, onde prestou depoimento ao delegado Maurício Ribeiro. "Bacurau" relatou que vinha acompanhando o processo, comparecia às audiências e achava que tudo estava cessado. Ele vinha trabalhando normalmente no setor informal em São Luis, vendendo CDs e DVDs. Dis-

se que se surpreendeu com a chegada dos agentes da Polinter em sua residência.

ARREPENDIDO - "Bacurau" disse à reportagem do Atos e Fatos que seu crime foi apenas pegar um relógio de pulso de um colega para vender. Acha que errou, e que não sabia ser o relógio produto de assalto. Depois se contradisse e confirmou o assalto, praticado sem arma alguma. "Até hoje me arrependo disso".

O Delegado Maurício Martins comunicou a prisão de "Bacurau" ao juiz de Direito Raimundo José Barros Sousa. Em seguida, foi encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



Alexandre Neves estava em liberdade provisória

PROPINAS NO PRESÍDIO: JUIZ RESTRINGE ADVOGADA

Embora tenha sido uma providência um tanto retardada, o juiz de direito Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara de Execuções Penais determinou ao Secretário Adjunto de Administração Penitenciária a restrição temporária do acesso aos estabelecimentos prisionais de todas as Comarcas, de Marilene Aranha Carneiro Silveira, Coordenadora do Núcleo de Advocacia Voluntária, instalado na Penitenciária de Pedrinhas pelo Conselho Nacional de Justiça. A determinação do magistrado é decorrente de denúncias a cerca de fraudes em documentos e cobrança indevida de honorários ou propinas a presos do Sistema Penitenciário através de pessoas vinculadas ao Núcleo de Advocacia Voluntária. O juiz Jamil Aguiar da Silva recomendou que para facilitar o atendimento aos presos, o Núcleo de advocacia Voluntária terá que fazer solicitação prévia ao Secretário de Administração Penitenciária e obedecerá a um monitoramento e controle da direção do presídio. Diante da determinação judicial a advogada Marilene Aranha Carneiro Silveira ficará com seu acesso ao presídio restrito, inclusive de participar de cultos religiosos em que ela sempre é vista em conversas um tanto reservadas justamente com presos que fizeram denúncias de cobranças de propinas.

08

POLÍCIA

Fóruns terão vigilância armada a partir de segunda



Fóruns terão vigilância armada a partir de segunda



Mais 12 fóruns judiciais do Maranhão passam a ser protegidos por vigilância armada a partir da próxima segunda-feira, 24. A medida, emergencial, visa garantir a segurança das unidades jurisdicionais situadas nas comarcas e localidades onde os casos de arrombamento e assalto são mais frequentes.

Serão vigiadas durante 24 horas ininterruptas as comarcas de Açailândia, Barra do Corda, Bequimão, Lago da pedra, Arari, Coelho Neto, Imperatriz, São Mateus, Santa Luzia, Montes Altos, Matões e Colinas.

Com a contratação, sobe de 64 para 112 o número de vigilantes envolvidos na segurança e vigilância armada nos

postos no Estado, de forma contínua, durante 24 horas.

Ao todo, são 28 postos, cada um com 4 homens. Já prestam esse serviço ao Tribunal as empresas Servisan e Potencial que realizam a segurança de outras 16 unidades administrativas e jurisdicionais, no interior e na capital, desde novembro do ano passado.

Recebem a cobertura o anexo administrativo (bairro da Alemanha); o depósito judicial; a Vara da Mulher; o juizado especial do João de Deus; os fóruns de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Inês, Timon, Caxias, Bacabal, Imperatriz e Olinda Nova.

A empresa Congelseg foi contratada diretamente em

caráter emergencial pelo Tribunal de Justiça para fazer frente à ameaça de assaltos e arrombamentos denunciada por magistrados maranhenses, conforme permite a Lei das Licitações (nº 8.666/93), nos casos em que há possibilidade de danos à prestação das atividades estatais que justificam essa medida.

O contrato de vigilância deve vigorar pelo prazo de 180 dias, até que seja concluída licitação em andamento que atenderá a um total de 50 unidades jurisdicionais e administrativas do Judiciário em todo o Estado.

Para o presidente do TJMA, os investimentos na infraestrutura predial e de segurança das comarcas de-

vem ser ampliados ainda este ano, obedecendo, criteriosamente, a disponibilidade orçamentária do Judiciário.

MILITARES - De acordo com o tenente-coronel Pedro Ribeiro, chefe do gabinete militar do TJMA, a segurança das unidades do Judiciário também é reforçada por 129 policiais militares e bombeiros, responsáveis pela vigilância nos prédios do Tribunal de Justiça, Corregedoria, Fórum de São Luís, e nos juizados

especiais da capital.

Os militares são responsáveis, ainda, pela guarda e vigilância da Casa Abrigo, Creche, Casa da Criança, almoxarifado, Escola da Magistratura, varas de Penas Alternativas, Infância e Juventude, Execução Criminal, anexo administrativo da Rua do Egito (antiga Assembléia Legislativa), além dos fóruns de Paço do Lumiar e Raposa, e Juizado Especial de Ribamar.

Entre as atribuições dos vigilantes estão o controle

e a fiscalização da entrada e saída de visitantes, usuários, servidores e materiais; a ronda diária para verificação de todas as dependências das instalações; a manutenção das condições de segurança nos casos de emergência ou abandono das unidades; além de proibir todo e qualquer tipo de atividade junto aos postos e imediações, que ofereça risco à segurança dos serviços e instalações.

NINGUÉM quer dar mole. Mais 12 fóruns judiciais do Maranhão passam a ser protegidos por vigilância armada a partir de segunda-feira, 24. A medida, emergencial, visa garantir a segurança das unidades jurisdicionais situadas nas comarcas e localidades onde os casos de arrombamento e assalto são mais frequentes.

Tribunal de Justiça reforça vigilância armada nas comarcas

A medida garantirá segurança nas unidades jurisdicionais situadas no Maranhão

Mais 12 fóruns judiciais do Maranhão passam a ser protegidos por vigilância armada a partir de segunda-feira, 24. A medida, emergencial, visa garantir a segurança das unidades jurisdicionais situadas nas comarcas e localidades onde os casos de arrombamento e assalto são mais frequentes.

Serão vigiadas durante 24 horas ininterruptas as comarcas de Açailândia, Barra do Corda, Bequimão, Lago da pedra, Arari, Coelho Neto, Imperatriz, São Mateus, Santa Luzia, Montes Altos, Matões e Colinas.

Com a contratação, sobe de 64 para 112 o número de vigilantes envolvidos na segurança e vigilância armada nos postos no estado, de forma contínua, durante 24 horas.

Ao todo, são 28 postos, cada um com 4 homens. Já prestam esse serviço ao Tribunal as empresas Servi-San e Potencial que realizam a segurança de outras 16 unidades administrativas e jurisdicionais, no interior e na capital, desde novembro do ano passado.

Recebem a cobertura o anexo administrativo (bairro da Alemanha); o depósito judicial; a Vara da Mulher; o juizado especial do João de Deus; os fóruns de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Inês, Timon, Caxias, Bacabal, Imperatriz e Olinda Nova.

TJ reforça segurança de unidades jurisdicionais na capital e no interior

Além de vigilantes armados que protegerão mais 12 fóruns a partir de segunda-feira, o Tribunal de Justiça do Maranhão conta ainda com 129 policiais militares e bombeiros

Mais 12 fóruns judiciais do Maranhão passam a ser protegidos por vigilância armada a partir de segunda-feira, 24. A medida emergencial visa garantir a segurança das unidades jurisdicionais situadas nas comarcas e localidades onde os casos de arrombamento e assalto são mais frequentes. Serão vigiadas durante 24 horas ininterruptas as comarcas de Açailândia, Barra do Corda, Bequimão, Lago da Pedra, Arari, Coelho Neto, Imperatriz, São Mateus, Santa Luzia, Montes Altos, Matões e Colinas.

Com a contratação, sobe de 64 para 112 o número de vigilantes envolvidos na segurança e vigilância armada nos postos no estado. São 28 postos, cada um com quatro homens. Já prestam este serviço ao Tribunal as empresas Servi-San e Potencial que realizam a segurança de outras 16 unidades administrativas e jurisdicionais, no interior e na capital, desde novembro do ano passado.

Cobertura - Recebem cobertura o anexo administrativo (bairro Alemanha); o depósito judicial; a Vara da Mulher; o juizado especial do João de Deus; os fóruns de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Inês, Timon, Caxias, Bacabal, Imperatriz e Olinda Nova.



Divulgação

Vigilante armado em frente a um dos prédios da Justiça maranhense

A empresa Congelseg foi contratada diretamente em caráter emergencial pelo Tribunal de Justiça diante das denúncias de assaltos e arrombamentos feitas por magistrados maranhenses, conforme permite a Lei das Licitações (nº 8.666/93), nos casos em que há possibilidade de danos à prestação das atividades estatais que justificam essa medida.

O contrato de vigilância deve vigorar pelo prazo de 180 dias, até que seja concluída a licitação em andamento que atenderá a 50 unidades jurisdicionais e administrativas do Judiciário em todo o estado. Para o presidente do TJMA, os investimentos na infraestrutura predial e de segurança das comarcas devem ser ampliados ainda este ano, obedecendo, criteriosamente, a disponibilidade orçamentária do Judiciário.

Militares - De acordo com o tenente-coronel Pedro Ribeiro, chefe do gabinete militar do TJMA, a segurança das unidades do Judiciário também é reforçada por 129 policiais militares

Mais

As atribuições dos vigilantes estão o controle e a fiscalização da entrada e saída de visitantes, usuários, servidores e materiais; a ronda diária para verificação de todas as dependências das instalações; a manutenção das condições de segurança nos casos de emergência ou abandono das unidades; além de proibir todo e qualquer tipo de atividade junto aos postos e imediações, que ofereça risco à segurança dos serviços e instalações.

e bombeiros, responsáveis pela vigilância nos prédios do Tribunal de Justiça, Corregedoria, Fórum de São Luís, e nos juizados especiais da capital.

Os militares são responsáveis, ainda, pela guarda e vigilância da Casa Abrigo, Creche, Casa da Criança, almoxarifado, Escola da Magistratura, varas de Penas Alternativas, Infância e Juventude, Execução Criminal, anexo administrativo da Rua do Egito (antiga Assembléia Legislativa), além dos fóruns de Paço do Lumiar e Raposa, e Juizado Especial de Ribamar.

Juízes operosos

Divisão de Juízes Vitalícios, da Corregedoria Geral da Justiça, divulgou a lista de juízes mais operosos em novembro de 2010. Na relação divulgada constam 70 magistrados de entrâncias Inicial, Intermediária e Final. A lista traz apenas os magistrados que tiveram operosidade superior a 100%. O percentual de operosidade é obtido por meio do comparativo do número de processos distribuídos para a secretaria de vara e o número de processos sentenciados pelo juiz.

Foragido é preso por policiais civis

Alexandre Neves Ferreira, o *Bacural*, era procurado pela Justiça, já que havia sido condenado a 6 anos

A Polícia Interestadual (Polinter) deu cumprimento ontem a mais um mandado de prisão por sentença condenatória. Desta vez, o foragido da Justiça preso foi Alexandre Neves Ferreira Santos, mais conhecido como *Bacural*, de 36 anos, que, segundo a polícia, era procurado pela prática de roubo a transeuntes, em São Luís.

Morador da Rua do Evangelho, 177, bairro Vila Palmeira, *Bacural* foi preso em casa por volta do meio dia. A ordem de prisão foi expedida no dia 18 de maio de 2010, pelo juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da capital, Raimundo José Barros de Sousa. Atualmente, o acusado trabalha



Biné Moraes

Alexandre Neves, preso ontem

va vendendo CDs piratas.

“Ele já havia sido condenado a mais de seis anos de reclusão”, informou o delegado Maurício Ribeiro Martins, que recebeu informações do Disque-Denúncia (3223-5800), e conseguiu localizar o foragido. Depois de prestar depoimento na Polinter, Alexandre Neves Ferreira Santos foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Justiça Militar

Para atender de forma mais célere a demanda de processos de crimes militares em 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão está realizando reforma na sede da Auditoria da Justiça Militar em São Luís, que deverá ser funcionar em novo endereço: Rua do Egito nº 166, Centro, onde funcionou a Central de Registros. Na área construída do imóvel de 148 m², com dois pavimentos, estão sendo reformadas as salas que serão destinadas à promotoria e defensoria; recepção, fotocópia e secretaria.

Rápidas

O 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no João Paulo, terá atendimento suspenso a partir de amanhã

Associação dos Magistrados contará com Serviço de Ouvidoria no MA

Os associados da AMMA poderão, em breve, ficar mais próximos da Diretoria Executiva. É que, dentro de alguns dias, a entidade vai contar com serviço de Ouvidoria, um espaço eficiente e democrático por meio do qual poderão ser feitas reclamações, obtidas informações e apresentadas sugestões de interesse da entidade e da magistratura. A decisão aconteceu na primeira reunião da Diretoria Executiva eleita, no dia 10 de janeiro. Comandarà a Ouvidoria da AMMA a juíza Isabella Parga Martins Lago.

A Ouvidoria deverá ser

disponibilizada no site da AMMA na próxima semana. Para acessar o serviço, o associado deverá digitar o seu CPF e um código de letras que aparecerão na tela. O canal tem por objetivo humanizar e estreitar o relacionamento da AMMA com os associados, atuando, também, como um sistema de informação ágil e direto com os órgãos que compõem a entidade.

Compete à Ouvidoria receber dos associados críticas, reclamações, elogios e sugestões sobre a atuação da AMMA nas diversas áreas; receber propostas que

interessem ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário e da própria atuação da associação, assegurando o direito de resposta às questões formuladas, informando aos seus autores das providências adotadas.

Caberá ao ouvidor representar os associados junto aos órgãos que compõem a AMMA; dar encaminhamento a todas as proposições apresentadas; assegurar o sigilo do associado quando solicitado; cobrar soluções, além de responder questionamentos dos associados dentro de um prazo razoável de tempo.

MPE cobra prestação de conta de ex-gestor de Penalva

O ex-prefeito do município de Penalva está na mira da justiça, por não prestar conta do dinheiro público. No último dia 18, o promotor de Justiça do município de Penalva, Carlos Róstão Martins Freitas, entrou com denúncia solicitando da juíza de direito da comarca, que o ex-prefeito Nauro Sérgio Muniz Mendes, seja citado, interrogado, processado e, ao final, condenado, nos termos da lei, por não ter prestado contas dos exercícios financeiros dos anos de 2007 e 2008.

Segundo apurado pelo Promotor de Justiça, as prestações de contas referentes aos exercícios financeiros dos anos de 2007 e 2008 não foram encaminhadas nem à Câmara Municipal de Penalva, nem ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. O Ministério Público baseia sua denúncia nos depoimentos prestados pelos presidentes da câmara municipal, nos quais ficou constatado que o alcaide não prestou conta nos seus dois últimos anos de mandato.

A denúncia também é fundamentada na resolução nº 145/2009 do Tribunal de Contas do Estado, na qual o ex-gestor encontra-se entre aqueles que não prestaram contas relativas ao exercício financeiro 2008.

Esta não é a primeira vez que o Ministério Público oferece denúncia contra o ex-prefeito do referido município, Nauro Sérgio Muniz Mendes. Ele é acusado de ter contratado servidores sem concurso público, durante todo o seu mandato, de 2005 a 2008, violando os princípios da Constituição Federal e outros dispositivos de lei. (CCOM/MPMA)

Comarca de Carutapera terá recessos forenses esta semana

A Comarca de Carutapera terá recessos forenses esta semana – ontem, 19, e na sexta, 21 – em razão de ponto facultativo pelas atividades culturais e religiosas alusivas a São Sebastião. Hoje, 20, será feriado municipal em homenagem ao santo padroeiro da cidade. Responde pela comarca a juíza Alessandra Lima Silva.

De acordo com a Lei nº 260/02, de junho de 2002, Carutapera tem um segundo feriado anual: o 3 de junho, quando comemora sua emancipação política.

■ Correição

A comarca de São Domingos do Azeitão (603 km de São Luís) iniciou correição e inspeção ordinária na segunda-feira, 17.

Os trabalhos, coordenados pelo juiz titular Jorge Antônio Sales Leite, prosseguem até sexta-feira, 21, quando serão analisados todos os processos que tramitam na comarca – pouco mais de 500. Esses processos são de natureza cível e criminal.

“Não haverá prejuízos a partes e advogados. Os prazos processuais estão suspensos até quinta-feira, 20”, lembra o juiz, que é auxiliado por uma equipe de seis servidores: dois técnicos, dois auxiliares, um secretário judicial e um assessor. O funcionamento no fórum está sendo normal.

■ Juízes operosos

A Divisão de Juízes Vitalícios, da Corregedoria-Geral da Justiça, informa a lista de juízes mais operosos em novembro de 2010. Na relação divulgada constam 70 magistrados de entrâncias Inicial, Intermediária e Final. A lista traz apenas os magistrados que tiveram operosidade superior a 100%.

O percentual de operosidade é obtido por meio do comparativo do número de processos distribuídos para a secretaria de vara e o número de processos sentenciados pelo juiz.

Um outro detalhe observado pela DJV é que os juízes em férias, a serviço da Corregedoria ou Tribunal de Justiça, e que enviaram relatórios depois do prazo, não fazem parte da lista.

Solidariedade (II)

● A diretoria geral do Tribunal de Justiça do Maranhão está realizando campanha de arrecadação de materiais de higiene, roupas e gêneros não perecíveis para ajudar a população afetada pelas chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, vítima do maior desastre natural do Brasil, que causou mais de 600 mortes e milhares de desalojados. Quem quiser contribuir e fazer sua doação pode fazer a entrega até o meio-dia da sexta-feira, 21, na Diretoria Geral do TJMA (Av. Pedro II. Centro). Servidores do Fórum de São Luís podem deixar as doações para as vítimas da região na Diretoria do fórum.

Auditoria da Justiça Militar vai funcionar em novo endereço

Para atender de forma mais célere a demanda de processos de crimes militares em 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão está realizando reforma na sede da Auditoria da Justiça Militar em São Luís, que deverá ser funcionar em novo endereço, em um imóvel alugado próximo ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito nº 166, Centro, onde funcionou a Central de Registros.

Na área construída do imóvel de 148 m², com dois pavimentos, estão sendo reformadas as salas que serão destinadas à promotoria e defensoria; recepção; fotocópia; protocolo e secretaria. No pavimento superior serão instalados o gabinete do juiz; assessoria e sala de audiência e banheiro. Enquanto a reforma é concluída, as audiências da Justiça Militar ainda acontecem na Rua de Nazaré, nº 90, por trás da

sede do TJMA.

A chefe de divisão de Engenharia, Obras e Serviços, Tyara dos Santos, informa que a equipe da engenharia está acompanhando diariamente os serviços para garantir a conclusão das obras até o final do mês de janeiro.

Funções – A Auditoria Militar tem a atribuição específica de processar e julgar os crimes militares definidos em Lei (Código Penal Militar). Em cada auditoria militar trabalham serventuários típicos da Justiça, tais como secretário judicial e outros auxiliares, um juiz de direito, intitulado juiz de direito do juízo militar com competência para processar e julgar singularmente os crimes militares cometidos contra civis, com exceção dos crimes dolosos contra a vida, e julgar também as ações judiciais contra atos disciplinares militares.

■ 6º Juizado Cível

O 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no João Paulo, terá atendimento suspenso de 21 a 31 deste mês, em razão da mudança de endereço para a Rua Raimundo Correa, 46 (Monte Castelo). De acordo com o juiz Nelson Ferreira Martins Filho, que responde pelo 6º JECRC, não haverá prejuízo do curso final dos prazos legais e recaírem nesse período. Em portaria, ele informa que as atividades serão retomadas em 1º de fevereiro.

FRAUDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Juiz pede que coordenadora do Núcleo de Advocacia não tenha acesso aos presídios

ARQUIVO



**Juiz Jamil Aguiar quer
acesso restrito ao presídio**

Por meio de um ofício, expedido no dia 7 deste mês, o juiz Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara de Execuções Penais da capital (VEP), solicita providências ao secretário adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, que sejam tomadas providências para restringir o acesso das pessoas ligadas ao Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV) às unidades prisionais de São Luís. ÚLTIMA PÁGINA

FRAUDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Juiz pede que coordenadora do Núcleo de Advocacia não tenha acesso aos presídios

POR WELLINGTON RABELLO

Por meio de um ofício, expedido no dia 7 deste mês, o juiz Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara de Execuções Penais da capital (VEP), solicita providências ao secretário adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, que sejam tomadas providências para restringir o acesso das pessoas ligadas ao Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV) às unidades prisionais de São Luís. No documento, o juiz informa que sua decisão foi motivada pelas denúncias veiculadas na imprensa acerca de supostas fraudes na Penitenciária de Pedrinhas, com a participação de pessoas ligadas ao Núcleo.

O juiz Jamil Aguiar lembra também das denúncias de supostas cobranças indevidas de propina aos presos para que estes fossem liberados durante a saída temporária, mesmo não tendo direito ao benefício. No ofício, o titular da 1ª VEP

reforça que o Núcleo de Advocacia Voluntária foi instituído e instalado na Penitenciária de Pedrinhas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão.

A restrição do acesso às unidades prisionais seria temporária, conforme é dito no ofício, e tem como alvo a coordenadora do NAV, Marilene Aranha Carneiro Silveira, e todos os seus auxiliares. Jamil Aguiar pede no documento que seja admitido a entrada deles somente nas salas que abrigam o Núcleo, na Penitenciária de Pedrinhas, no horário das 8h às 18h de segunda a sexta-feira.

Ainda no ofício, o juiz recomenda que, para facilitar o atendimento aos presos, o Núcleo solicite à direção dos estabelecimentos prisionais a apresentação dos detentos que desejarem ser atendidos. É que esta atividade seja monitorada e controlada.

De acordo com informações colhidas pelo Jornal Pe-

queno, outra justificativa fornecida pelo juiz Jamil Aguiar para solicitar a restrição seria o fato de o Núcleo ter uma programação para receber os presos, não sendo necessário o deslocamento de seus representantes aos presídios. Também foi obtido que até ontem a Secretaria Adjunta do Sistema Penitenciário não havia respondido ao ofício expedido pela VEP.

ARQUIVO



Juiz Jamil Aguiar da Silva

Suspenso atendimento no 6º Juizado Especial

O 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no bairro do João Paulo, em São Luís, terá atendimento suspenso de 21 a 31 deste mês, em razão da mudança de endereço para a Rua Raimundo Correa, 46 (Monte Castelo).

De acordo com o juiz Nelson Ferreira Martins Filho, que responde pelo 6º JECRC, não haverá prejuízo do curso final dos prazos legais e recaírem nesse período. Em portaria, ele informa que as atividades serão retomadas em 1º de fevereiro.

O 6º JECRC tem como áreas de abrangência a Avenida João Pessoa (retorno do 24º BC), até o retorno da Cohama, João Paulo, Jordoa, Alemanha, Caratatiua, Ivar Saldanha, Vila Palmeira, Barreto, Ipase, Japão, Maranhão Novo, Bares, Castelão e Bom Clima.